



HEGEMONIA E CULTURA

Subsídios para o curso Guerra Cultural - História e Estratégia

OLAVO DE CARVALHO

Sumário

Hegemonia e cultura	1
Subsídios para o curso Guerra Cultural - História e Estratégia	1
Perdendo a guerra cultural	3
Em plena guerra assimétrica	6
A aposta na guerra	10
Karl Marx na fonte da juventude	12
Que é hegemonia?	15
Ainda a hegemonia	18
Do marxismo cultural	20
Hegemonia	23
O povo e a ralé	25

Perdendo a guerra cultural
18 de fevereiro de 2008

“Cultura é o novo nome da propaganda”, explicava o crítico literário português Fernando Alves Cristóvão. Bem, quando ele disse isso, o nome não era tão novo assim. Fazia quase setenta anos que os comunistas haviam reduzido a cultura a instrumento de propaganda e manipulação, rejeitando todos os seus demais usos e significados como superfetações burguesas puníveis, eventualmente, com pena de prisão. A novidade, nos anos 90, era que esse conceito havia se universalizado, tornando-se regra usual em círculos que antes o teriam desprezado como mero sintoma da barbárie comunista. A expressão mais visível desse fenômeno é a mudança drástica do sentido do título de “intelectual”, hoje conferido automaticamente a qualquer um que engrosse por escrito alguma campanha de propaganda político-ideológica, mesmo que o faça em termos intelectualmente desprezíveis e numa linguagem de ginasiano relapso.

O plano de colocar o sr. Lula na Academia Brasileira de Letras, lançado anos atrás pelo falecido cientista político Raymundo Faoro, não foi levado adiante, mas já era um sinal visível de que a acepção elasticamente gramsciana do termo “intelectual” se tornara moeda corrente fora dos meios comunistas estritos. Mais ou menos na mesma ocasião, o sr. William Lima da Silva, líder do Comando Vermelho, por ter escrito um livro de memórias onde alegava que bandidos eram os outros, recebia tratamento de autor respeitável em plena Associação Brasileira de Imprensa, enquanto na Folha de São Paulo a jornalista Marilene Felinto dava estatuto de filósofo ao estuprador e assassino Marcinho VP, que salvo engano tinha também olhos verdes. O silogismo aí subentendido fundia Herbert Marcuse e Antonio Gramsci. O primeiro dizia que os bandidos eram revolucionários. O segundo, que os revolucionários eram intelectuais. Logo, os bandidos eram intelectuais. A ABI e a Folha não eram instituições formalmente comunistas. Apenas tinham-se deixado dominar pela mentalidade comunista ao ponto de obedecer os seus mandamentos sem ter de aderir conscientemente à sua proposta política.

Mas o pior veio uns anos depois, quando a redução da cultura à propaganda começou a parecer natural e desejável aos olhos dos conservadores -- ou “liberais”, como são chamados usualmente no Brasil (mais uma curiosa inversão numa república onde tudo

crece de cabeça para baixo, como as bananas). Aconteceu que o conservadorismo brasileiro foi, em essência, uma criação de pequenos empresários. Essas pobres criaturas, acoissadas pelo fisco, pelas leis trabalhistas, pela concorrência das multinacionais e pela crença estatal de que os capitalistas só não comem criancinhas porque preferem vendê-las sob a forma de salsichas, estavam tão preocupadas com a sua sobrevivência imediata que mal tinham tempo de pensar em outra coisa. Seu conservadorismo – ou liberalismo – foi assim reduzido à sua expressão mais frugal, ascética e descarnada: a defesa pura e simples do livre mercado, tomado como se fosse uma realidade em si e separado das condições civilizacionais e culturais que o tornam possível.

O primado do econômico, adotado inicialmente por mera urgência prática, acabou adquirindo, por força do hábito, o estatuto de uma verdade axiomática, da qual se deduziam as conclusões mais estapafúrdias e perigosas. Talvez a pior delas fosse a de que o progresso econômico é a melhor vacina contra as revoluções sociais. O fato de que jamais tivesse acontecido uma revolução social em país de economia declinante não abalava em nada o otimismo progressista daqueles risonhos empreendedores, que julgavam o estado geral da nação pelo balancete de suas respectivas empresas e se julgavam tremendamente realistas por isso. Nem os demovia da sua crença a obviedade histórica, já reconhecida pelos próprios marxistas, de que a classe revolucionária não se forma entre os proletários ou camponeses, muito menos entre os miseráveis e desempregados, mas entre as massas afluentes de classe média alimentadas de doutrina comunista nas universidades.

De outro lado, aconteceu que os liberais, ao mesmo tempo que se inchavam de entusiasmo ante a modesta recuperação econômica do país, eram cada vez mais excluídos da representação política. As eleições presidenciais de 2002 ofereceram à escolha do eleitorado quatro candidatos esquerdistas, dos quais nenhum, ao longo de toda a campanha, disse uma só palavra em favor da livre empresa. Nos anos subsequentes, o partido nominalmente liberal – PFL – adaptou-se às circunstâncias aceitando sua condição de mero coadjuvante da esquerda light, mudou de nome para ficar parecido com o Partido Democrata americano (o partido preferido de Hugo Chávez e Fidel Castro) e nem mesmo resmungou quando foi declarado, pelo presidente petista reeleito, “um partido sem perspectiva de poder”.

Condenados à marginalidade política, mas ao mesmo tempo anestesiados pelos sinais crescentes de recuperação da economia capitalista no país, os liberais apegaram-se mais

ainda ao seu economicismo, desistindo do combate nos demais fronts, quando não aderindo ao programa esquerdista em todos os pontos sem relevância econômica imediata, como o gayzismo, o abortismo, as quotas raciais e o anticristianismo militante, na esperança louca de concorrer com a esquerda no seu próprio campo, sem perceber que com isso concediam ao adversário o monopólio da propaganda ideológica e se transformavam em dóceis instrumentos da “revolução cultural” gramsciana.

É compreensível que, nessas condições, toda a atividade mental da “direita” brasileira acabasse se reduzindo às análises econômicas e à propaganda de um produto único – o livre mercado --, perdendo toda relevância no debate cultural e rebaixando-se ao ponto de passar a aceitar como “intelectual representativo” qualquer moleque idiota capaz de dizer duas ou três palavrinhas contra a intervenção estatal no mercado.

Ironicamente, a esquerda, no mesmo período, decaiu intelectualmente ao ponto de raiar a barbárie pura e simples, mas, como os liberais não se interessavam pela luta cultural, continuou desfrutando do prestígio inalterado de suprema autoridade intelectual no país, sem sofrer nenhum abalo mais forte desde a publicação do meu livro “O Imbecil Coletivo” (1996).

Nunca, como ao longo das últimas décadas, o esquerdismo esteve tão fraco intelectualmente: um ataque maciço a esse flanco teria quebrado a máquina de doutrinação esquerdista nas universidades e na mídia, destruindo no berço a militância em formação e mudando o curso das eleições subsequentes. Mil vezes tentei mostrar isso aos liberais, mas eles só davam ouvidos a quem falasse em PNB e investimentos. Trancaram-se na sua torre-de-marfim economicista e lá se encontram até hoje, perdendo mais terreno para os esquerdistas a cada dia que passa e conformando-se com sua condição de forças auxiliares, destinadas fatalmente a tornar-se cada vez mais desnecessárias à medida que a esquerda não-petista acumule vitórias contra o partido governante.

Fora dos círculos do liberalismo oficial, noto com satisfação algumas iniciativas novas destinadas a formar uma intelectualidade conservadora e liberal apta a oferecer uma resistência séria à “revolução cultural”. Essas iniciativas partem de estudantes, de intelectuais isolados, e não têm nenhum apoio nem dos partidos “de direita”, nem muito menos do empresariado. Mas é delas que dependerá o futuro do país, se algum houver.

Em plena guerra assimétrica

24 de julho de 2006

Quando o sr. Hugo Chávez proclama que sua estratégia contra os EUA é a da “guerra assimétrica”, já não há como negar que esse conceito é o instrumento essencial para a descrição e compreensão do estado de coisas na América Latina. Se nossos comentaristas internacionais, analistas estratégicos, politólogos e tutti quanticontinuem a usá-lo com parcimônia ou a abster-se por completo de usá-lo, não é só por preguiça mental: é porque um dos elementos fundamentais da assimetria é a desigual iluminação do quadro. Esses cavalheiros jamais desejariam ver o seu querido mentor bolivariano mostrado à mesma luz implacável e crua com que seus inimigos são exibidos e dissecados diariamente na mídia. Conceder a um dos lados o direito à penumbra protetora e obrigar o outro a um contínuo strip-tease ante a curiosidade sádica dos holofotes não é descrever nem analisar a guerra assimétrica: é praticá-la. Jornalistas, professores e similares, os “formadores de opinião” ou “intelectuais”, no sentido calculadamente elástico que Antonio Gramsci dá ao termo, são a vanguarda da revolução. Sua função não consiste em mostrar o mundo como ele é, mas transformá-lo naquilo que ele não é. Deformar propositadamente o quadro, portanto, é seu dever profissional número um.

Mas a palavra mesma “deformação” é um tanto enganosa. Deformar por meio do fluxo de informações uma realidade preexistente é uma coisa; outra bem diversa é criar praticamente do nada uma nova realidade constituída de puro fluxo de informações. Mentir em situações de guerra, para favorecer um dos lados, é tão antigo quanto a própria guerra. Mas mesmo o formidável desenvolvimento da técnica da desinformação ao longo de duas guerras mundiais e inumeráveis revoluções do século XX não dá uma imagem adequada do que hoje se passa. Em todos esses casos, os “formadores de opinião” desempenhavam um papel auxiliar: a parte substantiva dos conflitos desenrolava-se nos campos de batalha. Os protagonistas da narrativa bélica eram os militares, os guerrilheiros, os terroristas, os partigiani. Jornalistas e tagarelas em geral formavam apenas o coro. Nas últimas décadas, as proporções inverteram-se. A integração mundial das comunicações e a conseqüente reorganização da militância revolucionária em “redes” de extensão planetária permitiram reduzir ao mínimo a função bélica das armas e ampliar ao máximo a da guerra de informações. O princípio subjacente a essa mudança é simples e baseia-se na regra clássica da arte militar que mede a eficácia da ação armada segundo a

relação custo-benefício que ela guarda com os resultados políticos visados. Quanto mais ampla a repercussão política que se pode obter com um esforço militar reduzido, tanto melhor. Nesse sentido, batalhas inteiras da II Guerra Mundial, com centenas de milhares de mortos, foram politicamente menos relevantes do que alguns ataques terroristas comparativamente modestos realizados nas últimas décadas, pela simples razão de que neste caso havia meios de alcançar repercussão jornalística mais vasta e mais imediata, determinando decisões de governo que em outras épocas necessitariam de um estímulo sangrento muito mais eloqüente. Exemplos característicos foram a guerrilha mexicana de Chiapas, militarmente irrisória, que graças ao apoio instantâneo da mídia internacional conseguia transformar em vitória política cada nova derrota que sofria em combate, e o atentado à estação férrea de Madri, que do dia para a noite fez a Espanha mudar de lado na guerra contra o terrorismo. Napoleão, Rommel, Zhukov ou MacArthur jamais sonharam em obter resultados tão espetaculares com investimentos bélicos tão minguados.

O fenômeno ao qual estou me referindo recebe às vezes o nome de “guerra informática” (netwar). A bibliografia a respeito já é bem extensa e foi inaugurada em 1996 com a excelente monografia da Rand Corporation sobre a guerrilha de Chiapas, *The Zapatista ‘Social Netwar’ in Mexico*, que pode ser comprada ou descarregada gratuitamente em PDF no site http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR994/index.html, mas nunca encontrei entre as elites brasileiras, seja intelectuais, empresariais, políticas ou militares, quem a tivesse lido. Menos ainda encontrei quem tivesse alguma consciência clara da ligação entre guerra informática e guerra assimétrica, embora essa ligação seja a chave mesma para a compreensão do quadro internacional hoje em dia. A fórmula do negócio pode ser enunciada numa frase: A guerra assimétrica não é outra coisa senão uma estratégia destinada a compensar a desproporção de força e capacidade militares por meio da guerra informática. Uma sugestão para quem deseje entender o funcionamento da coisa é ler a monografia da Rand junto com o livro de Jacques Baud, *La Guerre asymétrique, ou la défaite du vainqueur*, Paris, Editions du Rocher, 2003.

Uma vez que se entendeu a unidade de guerra informática e guerra assimétrica – e quem não entendeu está fora do mundo --, torna-se inevitável tirar dessa convergência de estratégias algumas conclusões óbvias:

1. Os alvos da guerra assimétrica são três e sempre os mesmos: os EUA, Israel e aquilo que, nesses países ou em quaisquer outros, ainda reste da civilização judaico-cristã. A “guerra cultural” é parte integrante da guerra assimétrica.

2. Se a identidade dos alvos é nítida e bem conhecida, a das forças atacantes permanece difusa e nebulosa ao ponto de que a noção mesma de sua unidade estratégica continua impensável até para o público mais culto. Para apreendê-la é preciso ter estudado a estrutura das “redes”, mapeando a circulação de dinheiro, de informações e de palavras-de-ordem entre governos, fundações, partidos políticos, ONGs, banditismo organizado e mídia no mundo inteiro. Elementos para esse estudo podem ser encontrados nos sites <http://www.discoverthenetworks.org> e www.activistcash.com, que já citei aqui, bem como na recém-inaugurada seção “Mapas Visuais” do jornal eletrônico brasileiro www.midiasemmascara.com.br. Quem quer que examine esse material com a devida atenção sabe que a existência de um eixo anti-americano, anti-israelense e anticristão formado pelos governos da Rússia e da China, pelas fundações globalistas bilionárias, pela grande mídia esquerdista chique, pela rede terrorista internacional e por milhares de organizações militantes espalhadas pelo mundo não é uma hipótese ou uma teoria: é um fato brutalmente real – o fato essencial do nosso tempo. Mas as informações que o evidenciam não saem, é claro, no “Jornal Nacional” nem na “Folha”, não são alardeadas desde o alto das cátedras universitárias e, enfim, não chegam de maneira alguma ao público maior. O resultado é que a hostilidade contra os EUA, Israel e o cristianismo, meticulosamente fabricada a um custo de muitos bilhões de dólares, parece surgir do nada, como manifestação espontânea dos belos sentimentos morais da humanidade – e qualquer tentativa de contestar essa hipótese logicamente insustentável e supremamente imbecil é rejeitada, mesmo por pessoas cultas, como “teoria da conspiração”. O sucesso psicológico da guerra assimétrica pode medir-se pela facilidade com que histórias da carochinha acabam parecendo mais verossímeis do que os fatos mais abundantemente comprovados.

3. A função da mídia e dos “formadores de opinião” em geral, no novo quadro estratégico, é bem diversa daquele papel meramente auxiliar que tiveram em outras ocasiões, incluindo nisto as vastas campanhas de desinformação e manipulação montadas pelo governo soviético desde a década de 30 até o fim da Guerra Fria (campanhas cuja amplitude permanece ainda desconhecida fora do círculo dos estudiosos, por ter sido revelada só a

partir da abertura temporária dos Arquivos de Moscou). Se a orientação geral é inverter as proporções recíprocas do esforço bélico e da manipulação informática que o transmuta em resultados políticos, os militares e terroristas é que se tornam força auxiliar, enquanto o papel principal incumbe aos manipuladores da opinião pública. Uma vez que você percebeu isso, sabe que é uma ingenuidade suicida continuar interpretando a situação como se os únicos agentes revolucionários que importam fossem os terroristas e os militantes mais descarados a serviço de organizações subversivas e como se os formadores de opinião fossem apenas cidadãos inofensivos exercendo candidamente o seu direito à liberdade de expressão. Ao contrário: jornais, rádios, noticiários de TV, aulas, livros, espetáculos de teatro são hoje as principais armas de guerra, sua função essencial ou única é serem armas de guerra, e por isso mesmo o controle planejado do noticiário deixou de ser uma exceção para se tornar a regra. Um dos sinais mais alarmantes dessa mudança é o fato de que a exclusão de notícias indesejáveis, um recurso extremo antes usado com parcimônia até por censores oficiais, se tornou procedimento normal e rotineiro da maioria dos órgãos da chamada “grande mídia” (no Brasil, em todos eles, sem exceção). A supressão é tão vasta e tão sistemática que continentes inteiros da realidade contemporânea se tornaram invisíveis para o público. Notícias sobre torturas e assassinatos políticos em Cuba, na China, no Vietnã ou na Coreia do Norte, por exemplo, desapareceram por completo há mais de vinte anos, embora nesse período o número das vítimas nesses países não esteja abaixo dos dez milhões de pessoas. É só quando projetados sobre esse fundo vazio que epidódios inócuos como as humilhações ocasionais e incruentas sofridas por terroristas em Abu-Ghraib ou Guantánamo podem despertar atenção. É só nesse quadro totalmente deformado que centenas de mísseis lançados diariamente contra Israel podem parecer menos chocantes do que a tardia reação israelense. É só nesse mundo de fantasia que o simples pedido de uma congressista da Flórida para que o governo americano estude a possibilidade de alguma ação militar na Tríplice Fronteira pode parecer uma intervenção estrangeira mais perigosa, e mais insultuosa à dignidade nacional, do que a movimentação efetiva e constante, naquela área, de bandos de terroristas armados atuando em parceria estreita com quadrilhas de narcotraficantes, sob os olhos complacentes das nossas autoridades federais. É só no reino da mentira total que a presença amazônica de agentes do Conselho Mundial das Igrejas, um órgão acentuadamente pró-comunista e anti-americano, pode ser vendida ao público como prova de intervenção imperialista ianque. Não, já não se trata de censurar esta ou

aquela notícia, mas de modificar radicalmente a estrutura e as proporções do panorama inteiro. Já não se trata de enganar o público quanto a um ou outro episódio em particular, mas de modificar sua percepção integral da realidade.

Por isso é que a “guerra assimétrica”, tão constantemente presente no mundo dos fatos, raras vezes ou nunca dá o ar da sua graça no universo de discurso da mídia brasileira. É que aí não se trata de falar da assimetria, mas sim de criá-la.

A aposta na guerra

3 de janeiro de 2004

O fichamento de turistas nos EUA visa a controlar a avalanche de imigrantes ilegais e a entrada de possíveis suspeitos de terrorismo. Os dois males estão interligados, pois a imigração ilícita tem sido o meio mais fácil de contrabandear terroristas, além de ser usada, de maneira muito deliberada e consciente pelos radicais islâmicos, como instrumento de guerra cultural. Até que ponto ambas essas operações têm cúmplices poderosos entre os próprios americanos, elevando o risco ao nível de alerta máximo, é algo que pode ser avaliado por uma comparação bem simples. Tomem, de um lado, o fenômeno crescente da repressão anticristã que descrevi no artigo “Natal proibido”. De outro, fiquem sabendo que a multibilionária Fundação Ford introduziu em seus programas educacionais a sugestão de modificar a Constituição Americana para que proíba a “blasfêmia contra Allah”, categoria que abrange praticamente toda e qualquer manifestação verbal anti-islâmica. Um país cujos universitários são induzidos a admitir tranqüilamente a possibilidade de conceder privilégios especiais a uma comunidade religiosa recém-chegada, ao mesmo tempo que as religiões locais tradicionais são cada vez mais marginalizadas e perseguidas pelo *establishment*, é evidentemente um país que está sendo adestrado para imolar sua cultura no altar de seus inimigos. Entre a preparação psicológica de uma geração de estudantes e a mudança constitucional visada, o caminho é longo, mas não muito. Todo o “multiculturalismo” universitário que predispôs a população americana à passividade diante da perseguição anticristã começou, quatro décadas atrás, em programas semelhantes a esse da Ford. As armas da guerra cultural são sutis, suas ações deliberadamente lentas. Mas nunca isoladas. O anti-americanismo chique da Ford converge com a intriga corrente entre políticos europeus -- os bons e velhos amigos da ONU -- de que é um perigo mortal para uma democracia moderna ter um presidente cristão.

Isso sugere aliás outra comparação elucidativa.

O panorama da guerra cultural nos EUA é complexo, assustador e, como não poderia deixar de ser, totalmente ignorado pelos brasileiros. Mas, mesmo sem levá-lo em conta, a ameaça física do terrorismo, os constantes anúncios de novos ataques e a articulação internacional em favor dos terroristas -- da qual o Brasil não está de todo inocente --, bastam para mostrar que nenhuma precaução de segurança nos aeroportos americanos,

por mais constrangedora que seja, pode ser considerada excessiva, absurda ou insultuosa à dignidade humana.

No Brasil, em contrapartida, não há avalanche de imigrantes ilegais, muito menos provenientes dos EUA, nem qualquer organização terrorista em atividade, já que a única que poderia ser assim qualificada -- as Farc --, está em boas relações com o nosso governo e só joga bombas na Colômbia, limitando suas atividades no território brasileiro à circumspecta distribuição de algumas centenas de toneladas de cocaína por ano, uma bobagenzinha incapaz de perturbar o sono de nossas autoridades.

Qual o motivo, então, para fichar os americanos que entram no Brasil? O motivo é um só: eles são americanos, e o juiz Julier Sebastião da Silva está cego de raiva contra o país de onde eles provêm. Tão cego, que perdeu totalmente o senso das proporções, chamando de nazista a fiscalização nos aeroportos de lá e não vendo nazismo nem racismo nenhum na ostensiva discriminação de viajantes legais contra os quais nada se tem a alegar exceto sua nacionalidade.

Mas decerto não é só o magistrado quem está cego. O alinhamento do Brasil com o anti-americanismo internacional, a aliança com Hugo Chávez e Fidel Castro, o cumprimento meticoloso, enfim, do programa do Foro de São Paulo, que ainda um ano atrás os guias iluminados da nossa opinião pública ridicularizavam como paranóias do sr. Constantine Menges, já são hoje fatos consumados -- e suas conseqüências para o destino do país arriscam ser as mais devastadoras. Diante disso, que faz a mídia? Desvia as atenções do público para as semelhanças entre os governos Lula e FHC -- as quais existem, sem dúvida, mas não têm no quadro presente senão uma função puramente diversionista -- e amortece o impacto de notícias que revelam a aposta brasileira numa articulação mundial cujo resultado, a médio ou longo prazo, só pode ser um: a guerra.

Meses atrás, um famoso jornalista brasileiro expressava seu obsceno entusiasmo diante do antiamericanismo de alguns militares brasileiros, enaltecendo-os porque achavam lindo treinar soldados para matar *marines* na floresta amazônica. Ora, ninguém se alegra com preparativos militares se não pretende entrar em guerra. Mas por que logo contra os *marines*, se a única ameaça à nossa soberania na Amazônia vem de ONGs associadas ao globalismo anti-americano da ONU? O erro de alvo, segundo parece, não é nada acidental. Fichando americanos nos aeroportos, subsidiando as revoluções falidas de Chavez e Fidel, acobertando as Farc, debitando na conta dos EUA os crimes de seus inimigos ou afagando

o ego dos regimes sudanês e norte-coreano, o Brasil parece já ter incorporado perfeitamente o papel que estrategistas internacionais insanos lhe destinaram: o de peão sonso num jogo que não pode terminar bem.

Karl Marx na fonte da juventude

30 de julho de 2007

O recente “tsunami Marx que acaba de invadir as prateleiras das livrarias de todo o País”, como o qualifica entusiasticamente O Estado de S. Paulo do dia 22, comprova, da maneira mais clara possível, algo que venho dizendo há tempos: o bom e velho Partido Comunista ainda domina a indústria editorial e a mídia cultural no Brasil, aí exercendo um poder mais vasto e eficiente até do que nos anos 50 ou 60.

É natural que esse controle monopolístico do mercado jamais admita sua própria existência, procurando, ao contrário, explicar a onipresença retumbante da propaganda marxista nas livrarias como se fosse um fenômeno espontâneo gerado pela pura “vitalidade intelectual” do marxismo, imune ao fracasso econômico dos regimes socialistas.

Mas essa vitalidade intelectual simplesmente inexistente.

Nove décimos do “pensamento marxista” desde a morte de Marx consistem em produzir novos significados para a doutrina do mestre, de modo que ela acabe dizendo o que não dizia antes e, a cada vez que é refutada pelos fatos, pareça emergir do confronto revigorada e vitoriosa.

Uma das estratégias mais freqüentes usadas para esse fim é dissolver a estrutura da teoria tal como aparece nos escritos de Marx e reconstruí-la desde algum ângulo que pareça mais vantajoso – ou menos vexaminoso – desde o ponto de vista do estado presente dos conhecimentos.

O marxismo, como o darwinismo, não sobrevive ao teste do tempo mediante repetidas comprovações da sua veracidade originária, como acontece com a aritmética elementar ou com a tabela periódica dos elementos, mas mediante a descoberta – ou invenção -- de novas veridades possíveis ocultas sob os escombros das suas pretensões refutadas.

Qualquer teoria, beneficiada ciclicamente por esse tratamento rejuvenescedor, pode adquirir uma espécie de eternidade. O que os responsáveis por semelhante milagre geriátrico jamais informam à deslumbrada platéia é que esse tipo de vida eterna não é próprio das teorias científicas e sim dos símbolos literários, que, justamente por não terem significados estáveis e definitivos, podem sempre se enriquecer de novos e novos

significados, até mesmo contraditórios entre si, à medida que a experiência os sugira à fértil imaginação de cada interessado. Mergulhado de tempos em tempos nessa fonte da juventude, até mesmo o “eterno retorno” nietzscheano pode retornar eternamente sem que ninguém jamais consiga refutá-lo de uma vez por todas, embora todo mundo saiba que ele é falso.

Mas essa estratégia, no caso do marxismo, seria impotente para obter resultados tão animadores se não fosse secundada por uma técnica ainda mais sutil e maravilhosa, que é a de camuflar as ações e os efeitos da própria militância marxista sob a aparência de forças sociais impessoais que, hipostasiadas, posam então de agentes da história em lugar dos agentes de carne e osso a serviço dos movimentos revolucionários. Não deixa de haver uma certa virtude ascética na humildade com que os exércitos de formadores de opinião e agentes de influência esquerdistas renunciam ao mérito histórico das suas ações e desaparecem por trás do cenário, atribuindo os resultados de seus esforços à dialética anônima do “mercado”, a qual, abstração feita da guerra cultural incessante movida pela militância esquerdista para corromper o capitalismo desde dentro, parece até funcionar como Marx disse que funcionaria.

O acontecimento mental mais importante e notório da segunda metade do século XX é a disseminação do “marxismo cultural” entre as classes superiores no mundo ocidental. Ela tem como corolário inevitável a apostasia geral em relação aos valores morais e religiosos que fundaram o capitalismo. Na geração dos baby-boomers que hoje brilham nos altos postos das finanças, da indústria, da mídia e do show business, quem não aderiu francamente ao esquerdismo e ao anti-americanismo ao menos abjurou por completo das crenças religiosas dos seus pais e se imbuíu de um progressismo darwinista ou de um liberalismo amoral que não hesita em promover as causas esquerdistas – especialmente o abortismo e o gayzismo –, pensando só nas vantagens econômicas imediatas que isso pode lhe trazer e nem de longe se preocupando com as conseqüências sociais, culturais e políticas de longo prazo. O resultado é que a democracia vai sendo minada nas suas bases por meio dos mesmos instrumentos econômicos criados para fomentá-la. Se, nesse panorama, você fizer abstração do fator “guerra cultural”, que é o principal determinante do conjunto, restará apenas a contradição crescente entre democracia e enriquecimento capitalista, dando razão aparente à previsão de Marx. Assim os próprios agentes da guerra cultural matam dois coelhos com uma só cajadada: dão sumiço às suas próprias ações

subversivas e no mesmo ato elevam ao nível de verdade profética a visão fantasiosa que Marx tinha das “contradições do capitalismo”. (Como já expliquei dias atrás --<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070620dce.html> --, a duplicidade de línguas é traço permanente e estrutural da mente esquerdista, toda ela modelada pelo exemplo “dialético” de Stalin, que fomentava o nazismo em segredo para e o condenava em público.)

O “tsunami Marx”, além de ser um acúmulo de simultaneidades demasiado ostensivo para poder ser explicado ele próprio pelas tendências espontâneas do mercado, é todo ele constituído de mutações retroativas como aquela que acabo de descrever. O novo Karl Marx que ali se apresenta para receber os aplausos da galera tem tanto a ver com o antigo quanto o evolucionismo do sr. Richard Dawkins, onde tudo acontece por acaso, tem a ver com o darwinismo originário no qual nada acontece por acaso (de modo que em qualquer dos dois casos o evolucionista está sempre com a razão).

Qualquer filosofia ou teoria científica que se arrogue o direito de mudar de significado quando bem lhe interesse adquire o delicioso privilégio de não poder ser jamais contraditada pelos fatos. Que uma parcela significativa da classe intelectual e de seus acólitos na mídia se dedique à produção dessas transmutações, é a prova incontestável de que a “cultura superior” está se transformando cada vez mais numa modalidade socialmente aceita de crime organizado.

Que é hegemonia?

01 de dezembro de 2002

Dois acontecimentos importantes da semana passada mereceram pouca ou nenhuma atenção da mídia brasileira: o estrondoso sucesso da visita de George W. Bush à Romênia e os 70 anos do genocídio soviético na Ucrânia. Claro: nenhum fato que deponha a favor dos EUA ou contra o socialismo é admitido pela nossa classe jornalística, reduzida cada vez mais à condição de mera força auxiliar da "revolução cultural" gramsciana.

Poucos povos têm a consciência histórica dos romenos. Já fiz várias viagens à Romênia, tenho uma infinidade de amigos lá, e todos eles, desde as estrelas máximas da intelectualidade como os filósofos Andrei Pleshu e Gabriel Liiceanu até motoristas de táxi e empregadas domésticas, desde patriarcas centenários até garotos de ginásio, sabem de cor e salteado a epopéia das lutas e sofrimentos do seu país ao longo de seis décadas de totalitarismo, primeiro nazista, depois comunista. Mais ainda: têm uma aguda consciência de que nenhuma nação que tenha vivido essas experiências pode saltar alegremente para o futuro, varrendo o passado para baixo do tapete. Quando Pleshu, então ministro das Relações Exteriores, descobriu documentos que incriminavam seu amigo e mestre Dan Lazarescu como colaborador da polícia secreta do extinto regime, a decisão de divulgá-los deve ter-lhe doído como se cortasse na própria carne. Lazarescu, decano do Senado, historiador e erudito, era um ídolo nacional, além de grão-mestre da Maçonaria -- e por meio dele centenas de maçons e não-maçons tinham encontrado o caminho da prisão e da morte. A revelação de seus crimes foi um trauma que poucas nações suportariam sem cair imediatamente em dúvidas inquietantes sobre o seu próprio futuro. A recepção entusiástica a George W. Bush mostra a firmeza inalterada da opção do povo romeno pelo modelo ocidental de democracia, sem concessões ao anti-americanismo fácil de tantos povos europeus. Franceses e alemães podem ter esquecido que devem sua liberdade aos americanos. Os romenos não o esquecerão facilmente.

O massacre dos ucranianos pela "arma da fome", empreendido por Stalin entre os anos 32 e 33, também não será esquecido, malgrado os esforços censórios da nossa mídia. Negado durante décadas pela imprensa "progressista chique" do Ocidente, hoje é fato perfeitamente assimilado pela historiografia mundial, sobretudo depois que a abertura dos Arquivos de Moscou e os trabalhos da Comissão de Investigações sediada em Montreal confirmaram o relato apresentado pelo historiador Robert Conquest no clássico "Harvest

of Sorrow". Terça-feira passada, na Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, em Curitiba, assisti a um filme produzido pela Comissão com trechos de documentários da época filmados "in loco". Foram sete milhões de mortos, a maioria crianças -- uma Biafra tamanho gigante, só que criada de propósito para a eliminação de resistências.

Essa diferença, é claro, não absolve o socialismo africano. Num levantamento feito em 1985 pela ONU em vinte países da África assolados pela miséria e pela fome, todos, sem exceção, tinham adotado na década anterior políticas agrárias socialistas, controle de preços, supressão dos intermediários -- toda a parafernália estatizante que, num país de agricultura enormemente produtiva como o Brasil, ainda há quem apresente como solução "humanizadora". Somem a isso algumas dezenas de milhões de vítimas do "Grande Salto para a Frente" chinês, e verão que, seja de propósito, seja pela inépcia de suas políticas econômicas, nenhum regime, em qualquer época que fosse, matou tanta gente de fome quanto o socialismo. São coisas que *têm* de entrar em discussão num momento em que o governador Germano Rigotto, revelando um fundo mórbido de escrúpulos socialistas em sua mentalidade democrática, hesita em cortar os subsídios ao próximo Fórum Social Mundial. Pois deveria não somente cortá-los, mas abrir inquérito para averiguar se os dois Fóruns anteriores não foram um abuso, um desperdício de dinheiro público em propaganda ideológica de um regime genocida. Por que tantas deferências, tantos salamaleques, tantas obscenas genuflexões de democratas ante a propaganda socialista, como se esta, com todos os crimes hediondos que legitimou ao longo de um século, estivesse por isto investida de uma excelsa autoridade moral? O governo do Estado subsidiaria um congresso de propaganda liberal ou conservadora? E, se o fizesse, não se defrontaria no ato com o clamor petista por investigações e punições? Por que os democratas usam de dois pesos e duas medidas *contra si mesmos*, favorecendo o adversário "para não dar má impressão"? Quem não percebe nesse temor, nessa fraqueza, o triunfo da hegemonia esquerdista, que logrou desarmar psicologicamente o adversário, reduzindo-o a colaborador e escravo?

Àqueles que crêem que o projeto gramsciano é de transição indolor para o socialismo, é bom lembrar que Gramsci jamais abdicou da estratégia leninista de violência e terror. Apenas julgava conveniente adiar-lhe a aplicação até à completa destruição ideológica do "inimigo de classe". Nesse sentido, nada acrescentou à técnica stalinista. O exemplo ucraniano mostra bem isso: primeiro Stalin demoliu a religião, a cultura e a moral dos

ucranianos. Só depois empreendeu o assalto à propriedade e por fim o confisco das reservas de alimentos, matando os adversários de fome. O "timing" da operação foi perfeitamente gramsciano.

A demolição das defesas ideológicas dos democratas, no Brasil, já está bem avançada. Tão avançada, que eles se curvam espontaneamente à arrogância dos novos senhores, evitando magoar suas suscetibilidades com a lembrança de seu passado de crimes e perversidades. Um partido de esquerda muda de nome, e pronto! Num relance, está absolvido de quatro décadas de apoio moral ao genocídio. Quem, na "direita", goza de tamanho privilégio?

Tão longe vai a subserviência, que ela não molda só o presente, mas remolda o passado. Num livro recém-lançado por um jornalista célebre, com pretensões a meticuloso registro histórico do regime militar, não encontro uma só vez a sigla "KGB". Na época, a espionagem soviética tinha centenas de agentes de influência, pagos, na mídia nacional. Chegou a instalar um grampo no gabinete do presidente Figueiredo. Foi uma das forças básicas que criaram a história do período, incompreensível sem o conhecimento desse fator. E tudo isso desaparece, falseando radicalmente o quadro. A Guerra Fria narrada ao nosso público não se travou entre duas potências mundiais, uma democrática, a outra totalitária, mas entre malvados imperialistas ianques e heróicos democratas brasileiros -- exatamente como a pintava, naquele tempo, a propaganda soviética. Hegemonia é isso.

Ainda a hegemonia

03 de julho de 2008

Um dos princípios fundamentais do marxismo é a união indissolúvel do conhecimento e da ação revolucionária. Quaisquer que sejam os erros da teoria, eles acabam sendo neutralizados, na prática, pela constante revisão da estratégia à luz da experiência adquirida pelo “intelectual coletivo” (o Partido) na sua luta pela conquista do poder absoluto e pela destruição final do adversário.

A intensidade do esforço intelectual coletivo, organizado e voltado a objetivos mensuráveis, dá aos partidos de esquerda uma capacidade de ação concentrada, orgânica, que seus adversários no campo liberal e conservador nem de longe conseguem emular, e no mais das vezes nem mesmo conceber.

Na verdade, a simples necessidade de adestrar os intelectuais e organizá-los para uma ação cultural integrada é algo que jamais passou pelas cabeças dos nossos “direitistas”. No máximo, o que concebem é uma pura “disputa de idéias”, como se, uma vez demonstrada em teoria a superioridade intrínseca da livre empresa, a militância socialista se dissolvesse por si, cabisbaixa e arrependida, desistindo para sempre de suas ambições revolucionárias.

Nem de longe suspeitam que, na voragem da ação política, as “idéias” podem vir a representar um papel bem diverso – ou até inverso – daquilo que parecem anunciar pelo seu mero conteúdo. O “intelectual coletivo”, consciente dessa diferença bem como do fato de que os direitos em geral a ignoram, diverte-se sadicamente, num jogo de gato e rato, fazendo as idéias mais ortodoxamente direitos trabalharem pela glória e triunfo do esquerdismo.

A aposta unilateral dos liberais no “enxugamento do Estado”, inspirada em considerações econômicas e morais perfeitamente verazes e justas em si mesmas, mas amputadas de toda conexão com a estratégia política e cultural, só tem servido para transferir as prerrogativas do Estado para as ONGs esquerdistas, quando não para organismos internacionais perfeitamente afinados com o esquerdismo.

A idéia abstrata de “lei e ordem”, inteiramente correta, mas letal quando desligada do respectivo quadro cultural e estratégico, levou muitos liberais a colaborar servilmente na

derrubada de Fernando Collor, a entronizar portanto a esquerda como detentora das virtudes morais por antonomásia e a dar-lhe por essa via os meios de elevar a corrupção a alturas que o ex-presidente não poderia nem mesmo imaginar.

Não houve então um só intelectual esquerdista que, vendo o decano liberal Roberto Campos sair do hospital em cadeira de rodas para ir votar contra Collor, não se lembrasse, com enorme satisfação, da máxima de Lênin que recomenda fazer o adversário lutar contra si próprio. E não houve um só deles que não enxergasse, no sepultamento político do ex-presidente, o prenúncio da iminente ascensão petista.

Já assinalei também, nestes artigos, a facilidade com que, em prol da liberdade de mercado, liberais e conservadores admitem negociar – ou ceder de graça – os princípios morais e culturais que geraram essa liberdade e sem os quais ela não subsiste senão como etapa de transição para o socialismo.

A “direita” deixa-se conduzir porque não tem nenhuma visão ou plano de conjunto, apenas o apego a pontos de detalhe que, de um modo ou de outro, sempre podem ser manejados para encaixar-se na estratégia abrangente da esquerda.

Para que tivesse essa visão ou plano, a direita precisaria ter formado uma genuína militância intelectual habilitada, no mínimo, a acompanhar as discussões internas da esquerda e a prever o curso das manobras estratégicas que ali se preparam.

Mas como esperar que os intelectuais da direita enxerguem o futuro, se não querem nem mesmo olhar para o passado e o presente? Particpei de muitos Fóruns da Liberdade, em Porto Alegre – a maior concentração de inteligências liberais e conservadoras que já se viu no Brasil – e jamais ouvi ali uma única palavra sobre o Foro de São Paulo, exceto saída da minha própria boca.

Enquanto os liberais e conservadores discutiam em abstrato o sistema econômico e a estrutura do Estado, a esquerda construía, diante dos seus olhos cegos, a maior e mais poderosa organização política – político-militar, na verdade – que já existiu no continente.

E, cada vez que falo em criar uma intelectualidade, eles me olham como se eu fosse um professor de abstratices, a quem se pode ouvir com reverência polida, mas jamais levar a sério no campo da “prática”, que eles consideram o seu terreno próprio. Como se fosse muito prático teimar no erro e perder sempre.

Do marxismo cultural

8 de junho de 2002

Segundo o marxismo clássico, os proletários eram inimigos naturais do capitalismo. Lênin acrescentou a isso a idéia de que o imperialismo era fruto da luta capitalista para a conquista de novos mercados. Conclusão inevitável: os proletários eram também inimigos do imperialismo e se recusariam a servi-lo num conflito imperialista generalizado. Mais apegados a seus interesses de classe que aos de seus patrões imperialistas, fugiriam ao recrutamento ou usariam de suas armas para derrubar o capitalismo em vez de lutar contra seus companheiros proletários das nações vizinhas.

Em 1914, esse silogismo parecia a todos os intelectuais marxistas coisa líquida e certa. Qual não foi sua surpresa, portanto, quando o proletariado aderiu à pregação patriótica, alistando-se em massa e lutando bravamente nos campos de batalha pelos “interesses imperialistas”!

O estupor geral encontrou um breve alívio no sucesso bolchevique de 1917, mas logo em seguida veio a se agravar em pânico e depressão quando, em vez de se expandir para os países capitalistas desenvolvidos, como o previam os manuais, a revolução foi sufocada pela hostilidade geral do proletariado.

Diante de fatos de tal magnitude, um cérebro normal pensaria, desde logo, em corrigir a teoria. Talvez os interesses do proletariado não fossem tão antagônicos aos dos capitalistas quanto Marx e Lênin diziam.

Mas um cérebro marxista nunca é normal. O filósofo húngaro Gyorgy Lukacs, por exemplo, achava a coisa mais natural do mundo repartir sua mulher com algum interessado. Pensando com essa cabeça, chegou à conclusão de que quem estava errado não era a teoria: eram os proletários. Esses idiotas não sabiam enxergar seus “interesses reais” e serviam alegremente a seus inimigos. Estavam doidos. Normal era Gyorgy Lukács. Cabia a este, portanto, a alta missão de descobrir quem havia produzido a insanidade proletária. Hábil detetive, logo descobriu o culpado: era a cultura ocidental. A mistura de profetismo judaico-cristão, direito romano e filosofia grega era uma poção infernal fabricada pelos burgueses para iludir os proletários. Levado ao desespero por tão angustiante descoberta, o filósofo exclamou: “Quem nos salvará da cultura ocidental?”

A resposta não demorou a surgir. Felix Weil, outra cabeça notável, achava muito lógico usar o dinheiro que seu pai acumulara no comércio de cereais como um instrumento para destruir, junto com sua própria fortuna doméstica, a de todos os demais burgueses. Com esse dinheiro ele fundou o que veio a se chamar “Escola de Frankfurt”: um “think tank” marxista que, abandonando as ilusões de um levante universal dos proletários, passou a dedicar-se ao único empreendimento viável que restava: destruir a cultura ocidental. Na Itália, o fundador do Partido Comunista, Antônio Gramsci, fôra levado a conclusão semelhante ao ver o operariado trair o internacionalismo revolucionário, aderindo em massa à variante ultranacionalista de socialismo inventada pelo renegado Benito Mussolini. Na verdade os próprios soviéticos já não acreditavam mais em proletariado: Stálin recomendava que os partidos comunistas ocidentais recrutassem, antes de tudo, milionários, intelectuais e celebridades do “show business”. Desmentido pelos fatos, o marxismo iria à forra por meio da auto-inversão: em vez de transformar a condição social para mudar as mentalidades, iria mudar as mentalidades para transformar a condição social. Foi a primeira teoria do mundo que professou demonstrar sua veracidade pela prova do contrário do que dizia.

Os instrumentos para isso foram logo aparecendo. Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a idéia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”.

Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir.

Expulsos da Alemanha pela concorrência desleal do nazismo, os frankfurtianos

encontraram nos EUA a atmosfera de liberdade ideal para a destruição da sociedade que os acolhera. Empenharam-se então em demonstrar que a democracia para a qual fugiram era igualzinha ao fascismo que os pusera em fuga. Denominaram sua filosofia de “teoria crítica” porque se abstinha de propor qualquer remédio para os males do mundo e buscava apenas destruir: destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio. Uma vez atingido esse objetivo, alegavam que a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo.

Da França, a escola recebeu a ajuda inestimável do método “desconstrucionista”, um charlatanismo acadêmico que permite impugnar todos os produtos da inteligência humana como truques maldosos com que os machos brancos oprimem mulheres, negros, gays e tutti quanti, incluindo animais domésticos e plantas.

A contribuição local americana foi a invenção da ditadura lingüística do “politicamente correto”.

Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Difícilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso.

Tão vasta foi a propagação dessa influência, que por toda parte a idéia antiga de tolerância já se converteu na “tolerância libertadora” proposta por Marcuse: “Toda a tolerância para com a esquerda, nenhuma para com a direita”. Aí aqueles que vetam e boicotam a difusão de idéias que os desagradam não sentem estar praticando censura: acham-se primores de tolerância democrática.

Por meio do marxismo cultural, toda a cultura transformou-se numa máquina de guerra contra si mesma, não sobrando espaço para mais nada.

Hegemonia

2 de julho de 2008

Desde a década de 30, o Partido Comunista foi-se tornando cada vez mais a influência cultural dominante no Brasil, não por sua superioridade intelectual, é certo, mas por sua capacidade de arregimentar escritores, artistas, jornalistas e professores numa elite militante bem organizada, consciente da sua missão de transformar toda a vida do espírito em arma de guerra revolucionária.

A astuta manipulação de cargos e prestígios, a ocupação de espaços, o boicote feroz aos adversários logo reduzidos a servos dóceis da política comunista por meio da intimidação e da chantagem – tais foram os instrumentos com que o Partido acabou por emascular uma intelectualidade conservadora na qual avultavam tipos do porte de um Manuel Bandeira, de um Gilberto Freyre, de um Nelson Rodrigues, de um João Camilo de Oliveira Torres, de um Lúcio Cardoso, de um Gustavo Corção, de um Antônio Olinto, de um Paulo Mercadante, de um Otto Maria Carpeaux e tantos outros, com os quais a esquerda jamais poderia concorrer no campo do livre debate.

Eleitoralmente, o Partido jamais foi grande coisa, mas sua influência tornou-se desproporcionalmente maior que seu míngua número de eleitores, ao ponto de impor à nação um presidente pró-comunista e consolidar o seu poder mediante um plebiscito em que a linguagem da lei e da ordem foi habilmente posta a serviço da subversão e da desordem.

Longe de debilitar essa influência, o novo regime advindo em 1964 acabou por fortalecê-la, na medida em que, concentrando seus esforços no combate à subversão armada e esquivando-se preguiçosamente ao dever da luta cultural, permitiu que a esquerda se revigorasse mediante o debate interno, a autocrítica e a reorganização estratégica segundo as linhas preconizadas por Antonio Gramsci, cujas obras, não por coincidência, chegaram ao alcance da militância intelectual esquerdista local precisamente a partir de 1965. Nessa data começou também a circular a mais importante publicação cultural esquerdista, a “Revista Civilização Brasileira” de Ênio Silveira, que marcou um upgrade intelectual da esquerda e provou sua capacidade de reagir criativamente, agressivamente, a uma derrota política que hoje sabemos ter sido apenas superficial e provisória.

Em meados da década de 1970, a hegemonia cultural da esquerda já era, mais que um fato consumado, um direito adquirido. Sem isso, a total falsificação da história do período, hoje consagrada como verdade incontestável em todo o sistema de ensino e em toda a grande mídia sem exceção, jamais teria sido possível – e, sem ela, a escalada triunfal da esquerda rumo ao poder absoluto jamais teria acontecido.

Ao longo de todo esse trajeto, só duas tentativas de resistência liberal-conservadora organizada se esboçaram, ambas tímidas e débeis.

A primeira veio da Igreja, entre os anos 40 e 60, mas foi logo diluída pela infiltração que veio a fazer da intelectualidade católica o mais eficiente instrumento de camuflagem e legitimação do esforço subversivo. A conversão de Alceu Amoroso Lima e de Dom Hélder Câmara ao esquerdismo, a devassidão ideológica fomentada pelo Concílio Vaticano II e a tomada dos seminários por uma hoste de endemoninhados “teólogos da libertação” resultaram na fundação do PT mediante a tripla união adúltera dos bispos com a intelectualidade comunista e com a militância sindical de esquerda, tudo sob as bênçãos da elite globalista bilionária e da mídia chique internacional.

A segunda foi a fundação do Instituto Liberal no Rio de Janeiro em 1983 e do Instituto de Estudos Empresariais no Rio Grande do Sul no ano seguinte, daí resultando o Fórum da Liberdade, que desde 1988 leva anualmente a Porto Alegre os melhores palestrantes liberais e conservadores do mundo. Essa iniciativa meritória, porém, ademais de ser sistematicamente boicotada pela mídia nacional inteira, ainda padece de duas autolimitações congênicas:

(1) Cinge-se ao debate doutrinal, sem nenhuma perspectiva de ação política e muito menos de uma ofensiva antigramsciana organizada na esfera cultural.

(2) Tende a concentrar-se nos temas econômicos, ignorando as questões essenciais da guerra cultural e da estratégia revolucionária e combatendo antes o estatismo enquanto idéia geral do que a esquerda enquanto força política concreta.

O povo e a ralé

17 DE ABRIL DE 2015

Karl Marx podia ter todos os defeitos do mundo, desde a vigarice intelectual até as hemorroidas, mas ele sabia que a palavra “proletário” significa “gente que trabalha” e não qualquer Zé-Mané.

Ele combatia o capitalismo porque achava que os ricos enriqueciam tomando o dinheiro dos pobres, o que é talvez a maior extravagância matemática que já passou por um cérebro humano, mas, reconheça-se o mérito, ele nunca confundiu trabalhador com vagabundo, povo com ralé.

Alguns discípulos bastardos do autor de “O Capital”, uns riquinhos muito frescos e pedantes, fundaram um instituto em Frankfurt com o dinheiro de um milionário argentino e resolveram que valorizar antes o trabalho honesto do que os vícios e o crime era uma deplorável concessão de Marx ao espírito burguês.

Usando dos mais requintados instrumentos da dialética, começaram ponderando que o problema não era bem o capitalismo e sim a civilização, e terminaram tirando daí a conclusão lógica de que para destruir a civilização o negócio era dar força aos incivilizados contra os civilizados.

Os frankfurtianos não apostavam muito no paraíso socialista, mas acreditavam que a História era movida pela força do “negativo” (uma sugestão de Hegel que eles tomaram ao pé da letra), e que, portanto, o mais belo progresso consiste em destruir, destruir e depois destruir mais um pouco.

Tentar ser razoável era apenas “razão instrumental”, artifício ideológico burguês. Séria mesmo, só a “lógica negativa”.

A destruição era feita em dois planos.

Intelectualmente, consistia em pegar um a um todos os valores, símbolos, crenças e bens culturais milenares e dar um jeito de provar que no fundo era tudo trapaça e sacanagem, que só a Escola de Frankfurt era honesta, precisamente porque só acreditava em porcaria – coisa que seu presidente, Max Horkheimer, ilustrou didaticamente pagando salários de fome aos empregados que o ajudavam a denunciar a exploração burguesa dos pobres.

Isso levou o nome hegeliano de “trabalho do negativo”. A premissa subjacente era:

- Se alguma coisa sobrar depois que a gente destruir tudo, talvez seja até um pouco boa. Não temos a menor ideia do que será e não temos tempo para pensar em tamanha bobagem. Estamos ocupados fazendo cocô no mundo.

No plano da atividade militante, tudo o que é bom deveria ser substituído pelo ruim, porque nada no mundo presta, e só a ruindade é boa. A norma foi seguida à risca pela indústria de artes e espetáculos. A música não podia ser melodiosa e harmônica, tinha de ser no mínimo dissonante, mas de preferência fazer um barulho dos diabos.

No cinema, as cenas românticas foram substituídas pelo sexo explícito. Quando todo mundo enjoou de sexo, vieram doses mastodônticas de sangue, feridas supuradas, pernas arrancadas, olhos furados, deformidades físicas de toda sorte – fruição estética digna de uma plateia high brow.

Nos filmes para crianças, os bichinhos foram substituídos por monstrenhos disformes, para protegê-las da ideia perigosa de que existem coisas belas e pessoas boas. Na indumentária, mais elegante que uma barba de três dias, só mesmo vestir um smoking com sandálias havaianas -- com as unhas dos pés bem compridas e sujas, é claro.

A maquiagem das mulheres deveria sugerir que estavam mortas ou pelo menos com Aids. Quem, na nossa geração, não assistiu a essa radical inversão das aparências? Ela está por toda parte.

Logo esse princípio estético passou a ser também sociológico. O trabalhador honesto é uma fraude, só bandidos, drogados e doentes mentais têm dignidade. Abaixo o proletariado, viva a ralé. De todos os empreendimentos humanos, os mais dignos de respeito eram o sexo grupal e o consumo de drogas.

De Gyorgy Lukacs a Herbert Marcuse, a Escola de Frankfurt ilustrou seus próprios ensinamentos, descendo da mera revolta genérica contra a civilização à bajulação ostensiva da barbárie, da delinquência e da loucura.

Vocês podem imaginar o sucesso que essas ideias tiveram no meio universitário. Desde a revelação dos crimes de Stálin, em 1956, o marxismo ortodoxo estava em baixa, era considerado coisa de gente velha e careta.

A proposta de jogar às urtigas a disciplina proletária e fazer a revolução por meio da gostosa rendição aos instintos mais baixos, mesmo que para isso fosse preciso a imersão preliminar em algumas páginas indecifráveis de Theodor Adorno e Walter Benjamin, era

praticamente irresistível às massas estudantis que assim podiam realizar a coincidentia oppositorum do sofisticado com o animalesco.

Com toda a certeza, a influência da Escola de Frankfurt, a partir dos anos 60 do século passado, foi muito maior sobre a esquerda nacional que a do marxismo-leninismo clássico. Sem isso seria impossível entender o fenômeno de um partido governante que, acuado pela revolta de uma população inteira, e não tendo já o apoio senão da ralé lumpenproletária remunerada a pão com mortadela e 35 reais, ainda se fecha obstinadamente na ilusão de ser o heroico porta-voz do povão em luta contra a “elite”.

Dois anos atrás, já expliquei neste mesmo jornal (leia aqui) que uma falha estrutural de percepção levava a esquerda nacional a confundir sistematicamente o povo com o lumpenproletariado, de tal modo que, favorecendo o banditismo e praticando-o ela própria em doses continentais, ela acreditava estar fazendo o bem às massas trabalhadoras, as quais, em justa retribuição de tamanha ofensa, hoje mostram detestá-la como à peste.

O Caderno de Teses do V Congresso do PT é um dos documentos mais reveladores que já li sobre o estado subgalináceo a que os ensinamentos de Frankfurt podem reduzir os cérebros humanos.